

Luís Coutinho

Fese

Como devemos analisar o "Actus fidei"  
e qual o processo pelo qual o homem  
chega à Fé?

"Fides est humanae salutis initium, fundamentum, et  
radix omnis justificationis: sine qua impossibile est  
placere Deo, et ad plerumque eius consortium pervenire."  
(Sone. C. ind. l. 10. c. 8.)

Luís Coutinho, 6 de Julho de 1924.



# Proêmio

(Ortografia própria)

A fé, que é a fé? Olhai para a História, que, na  
nuaq eloquente das suas páginas, encontrareis resposta  
à vossa interogação. Ela vos falará de Abraão, Isaac  
e Jacob; falar vos há dos profetas; incitando-vos a uma  
quização, ela vos conduzirá ao cimo do Sinai a  
contemplar Moisés recebendo as Tábuas da lei  
da mão de Deus. Mas todos estes dignificant<sup>es</sup> da  
fé do povo eleito, de que vos pode falar a História,  
na Tom a cobri-los a caligam dos annos e nos chegam  
aos ouvidos como aos mortos de uma geração que  
passou. Quereis saber o que é a verdadeira fé? Ide a  
Belém e contemplai um pequenino infante adormecido  
sobre o feno de uma manjedoura, numa noite fria,  
aquecido apenas pelo hálito morno dos animais que  
o cercam e pelos olhares e beijos maternos. Naquile in-  
fantozinho, a cujos pés se prostram conecidos os zagais  
dos montes e os Reis Magos do oriente, vereis a cuncta  
a intese augusta de milite séculos de apotense para  
a fé. Nasida novamente na pequena gruta belémite,  
e ampliada as suas bolias, a fé, na penão de Jesus,  
fé, pouco a pouco, impendo-se a consideração das ci-  
dades, povos e nações. Em Roma, emagada os principis  
pelo pé tirânico e faustoso do cesarismo que pompeava  
as suas galas nas galerias do Coliseu, da se levanta,  
pouco depois, altavinda e triunfante das lazeas hume-  
decidas nas suas sangue, e vai sentar-se com bonitante  
no solio esplendente dos imperadores pagãos.  
O que foi essa luta tetânica e com triguas de triguas



tos a treze annos ininterruptos, a História, por muito pouco  
que seja, mal nos poderá salvar ao vivo. Se falasse o  
silêncio das catacumbas; se as paredes da prisão Mauer-  
tina nos revelassem os mistérios a que, no segrêdo daquelas  
ivas, presenciamos; se as lápides frias do cimo romano,  
da omudez pesada da sua inimitabilidade deixassem  
escapar, num grito revelador, as cenas hediondas e ca-  
nibalicas de sangue a que assistiam, ouviriamos, de  
certo, factos inauditos e únicos nos annos de van-  
dalismos, coisas de despedaçar o coração mais endu-  
recido, mas, ao mesmo tempo, que consolação grata  
para nós e sabermos que as vítimas sacrificadas  
pelo ódio pagão davam solidamente a vida em prol  
da mesma fé que hoje professamos! A nossa fé, a fé  
que nos legaram os nossos pais, é a mesma que  
professaram os mártires, a mesma que, um dia,  
jorrou, em ondas de luz, do alto do Calvário sobre a  
humanidade culpada, a mesma hialina e pura, que  
é conservada pela Igreja com religiosa euidade e que,  
num mesmo êlo, irmana os povos mais apartados da  
terra sob a tutela clarividente e providencial de  
um pastor único — o Sumo Pontífice.

Foi ella que na pessoa veneranda do papa S. Leão  
Magno fez retroceder o fribundo Genserico das mural-  
has de Roma; foi ella que, ás humildes supplicas de  
Santa Genoveva, livrou Paris da furia icorrolasta e  
selvagem de Atila, foi ella que embarcou nas ga-  
leras aventureiras dos Cruzados, em busca da Terra  
Santa, e, um dia, tripunção alacrer: i ibe os muros  
santos de Jerusalem, na bandeira de Godofredo de Babilon.  
A fé!... Um mundo novo, cheio de maravilhas e  
visões paradisiacas, que se fustam ao nosso olho cor?



perais, para que se revelam, em todo o esplendor, aos olhos da alma para os que se acham arredados das superstições do gentio, a fé não passa de uma ideia vã, sem significação propriamente dita; para os que estão sob o domínio fantasista da mitologia não é mais do que uma concepção vulgar e imperfeita; para os que amamham o campo vasto e fértil da filosofia, é uma ideia incompleta; para o teólogo é a expressão exacta de uma Verdade única e subsistente, com todas as perfeições possíveis e imagináveis. A fé!

No sentido amplo, é a crença em qualquer verdade; no sentido restrito, é a crença numa verdade religiosa. No principio esse, revela-se no homem, em todas as suas iniciativas, porque, sempre que elle opera, tem em vista o fim que colima e é nessa convicção que dispõe os meios que a elle o conduzem. Se com Napoleão era o sentimento Tenaz da grandeza da França, com D. João d'Áustria era a sublime epopéa da verdadeira religião. Lepanto é a confirmação clara do quanto vale a fé nos auxilios do Eterno. A fé!

Abem-se o homem no pélago do mundo, sob a cúpula negra de um céu que infundia pavor, e exposto ás vargatas cruez de uma adversidade sem nome. O acordar da consciência naquêle que, voluntariamente, trouxe os ordens do legislador supremo, foi o aquilhão mais feroz e mais ferado, que o deveria amargurar nas edades futuras, interminavelmente, como excoçando gôlo do crime abominando da ingratitude. A consciencia que atenuava na bainha, cujo martírio moral nos decanta em estrofes magnificas o grande Heródoz, despertou os criminosos do Eden para um maior castigo. Elle, nos eos por vir, devia recordar-nos da felicidade incomparavel daquêle paraíso de



delicias, onde nunca o purgava a dor, onde nunca o pro-  
trava e causava, onde a primavera eterna sorria da,  
namante nos rios que manavam, nas flores que se abriam,  
na abóbada azul de um céu fascinante. Sobre desgraça  
do' los dias felizes, que passaram cêleres como o som que  
a brisa recorda nos arbustos, succedeu uma noite tremen-  
da de desavossegos e desgraças. A terra tão meiga e  
tão dadivosa, era agora para elle uma vasta mortalha  
que ~~deberia~~ de trabalhar, dia a dia, até o momento fi-  
nal, em que o deveria envolver. A beira do abismo, que  
escaurava as fauces brancas e negras para o tra-  
gar, o homem parou um instante. Não o quadro negro, he-  
mendo, pavoroso, que se lhe abria aos pés. Fechou os olhos.  
Olhou, revistou a sua alma. Lá fulgia ainda, embora apa-  
gada em parte pelos consequencias do peccado, a imagem  
da justiça d'aquêle que outrora era objecto das suas con-  
stantes meditações. Recolheu todas as energias esparsas pelo cor-  
po, concentrou todas as forças no poder evocativo da memoria,  
primeiro os contornos, depois o conjunto, ultimamente a cópia  
fiel que o retratado lá imprimira. Surgiu-lhe nitida a  
imagem de Deus. Pensou, reflectiu, raciocinou. Pensou nos inme-  
nsos benefícios que havia recebido d'elle, reflectiu a ma-  
nha inmensa bondade, raciocinou sobre a obrigação em  
que estava de mostrar-se-lhe reconhecido. O mais simples  
raciocinio apontava-o como o autor dos seus dias. A consciên-  
cia actual asseverava-lhe que houve um tempo em que  
elle não existia. O nada é a negação da realidade e, por  
consequente, da força. Um corpo sem força é um corpo morto,  
incapaz de movimentos progressistas. Como elle tinha a consciên-  
cia de que se por do desenvolvimento da matéria, con-  
tinha também as potencias do espirito. De onde lhe tinham  
vindo aquella força? Não estava a mesma dividida. Um



causa sobra-lhe deo a vida Qual seria? A mesma  
e não podia ser outra, que se mostrava interessada na  
sua conservação, a mesma que o enriquecera de tão  
grandes e preciosos dons. Cobrou o seu grande crime,  
humilhou-se na presença de Deus, arrependeu-se profunda-  
mente de o ter ofendido. Após esse acto salvador de con-  
fissão, lançou o olhar sui terro: tudo estava mudado! O  
mundo das suas misérias e dores, agora que o contempla-  
va com os olhos da fé, era um hino apoteótico a can-  
tar as magnificências do Criador. Compreendeu-lhe a Bondade  
na produção de tantas liberalidades com que dotou  
a sua morada provisória, obrigou-lhe a infinita sabedoria  
nas miríades de astros que, na vastidão dos  
espaços, formam um concerto admirável de notas ca-  
dencçadas e vozes melifluas; admirou-lhe a Justiça  
na distribuição equitativa dos seus dons e favores; desco-  
briu-lhe a Misericórdia na providência governamental  
do universo, só não se esforçou por decantá-lhe o Poder,  
porque este era evidente no espectáculo majestoso que lhe  
oferecia o céu e a Terra. Via-o na chuva que caía, nos  
oceanos que bramava, no vendaval que rugia, no sol  
que brilhava, no raio que esplendia, nos rios que ser-  
peavam, nas sementeiras que floresciaam, em tudo, enfim  
sentia os vestígios da mão omnipotente de Deus. Com  
o nascer da fé, atemorou-se-lhe para o homem o pêso dos  
padecimentos. Dora avante, não estaria mais humilhado no  
mundo, nos momentos angustiosos, no cansaço das lutas, nos es-  
pinhos das tribulações, poderia librar-se nos ares da fé e su-  
bir, subir sempre, pela túnica inconsútil do ar, até o tho-  
ro de Deus, para pedir-lhe os auxílios da sua graça. Es-  
tava estabelecida e bem discusada o santo comércio de  
Deus com o homem, pelo laço indissolúvel da fé.



sa, ex: "Primam fidem irritam fecerunt"; c) confiança, ex: "Modicae fidei quare dubitasti"; d) persuasão da li-  
cidade ou ilicitude das coisas, ex: "Omne quod non est  
se fide, peccatum est". Designa Também assentimento do  
intelecto à verdade que lhe foi proposta. Assim  
denunciamos S. Paulo na Epist. aos Hebr.: "Sine fide impossi-  
bile est placere; credere enim oportet accedentem ad Deum  
quia est, et inquirentibus se remunerator sit"<sup>4</sup>

Prevalceu no uso eclesiástico este último sentido. Enume-  
ramos quatro espécies de assentimento do intelecto:

a) No sentido latissimus, significa assentimento a qualquer  
verdade, conhecida quer pela autoridade do que no-la  
revela, quer pela sua evidência intrínseca. Assim, S. Agus-  
tinho: "Ipsium credere nihil aliud est quam cum assensu  
cogitare"<sup>5</sup> e S. Tomás: "Et adhuc magis extenso nomine, omnis  
certitudo quae fit per rationem humanam, etiam ad vi-  
sum non inducat, dicitur fides"<sup>6</sup>

b) No sentido late, designa assentimento, não de todo certo,  
porém mais ou menos provável. É o que S. Tomás chama  
"opinio vehementer".

c) No sentido mais próprio, quer dizer assentimento que se  
funda na certeza moral e de uma parte exclui to-  
da a dúvida, pelo que se distingue da opinião, e de  
outra é resultado do império da vontade, no que  
também se distingue da convicção. Isto é claro, porque podemos  
admirar as verdades da ciência sem prévia disposição mo-  
ral.

d) No sentido estrito, é o assentimento que se fundamenta  
no testemunho. De dois modos podemos chegar à verdade

1- I Tim., V, 12 - 2- Mat., XIV, 31 - 3- Rom., XIV, 23 - 4- Hebr., XI, 6  
5- De Prædest. sanctorum, c. 2, P. L. XLIX, 693 - 6- In IV Sent., l. III, dist. 23.



de: pela evidência intrínseca da mesma verdade e em  
tão temos a ciência, e pela evidência extrínseca ou do  
testemunho e tem-se a fé. Conforme a natureza desse  
testemunho, se divino, se humano, digemos também que  
acreditamos na verdade que nos foi proposta com fé  
divina ou humana.

A fé divina considera-la heinos: a) como acto, pelo qual  
acreditamos, ex: "Secundum fidem vestram fiat vobis"; como há-  
bito, que nos inclina a crer, ex: "Nunc autem manent  
tria haec: fides, spes, caritas"<sup>2</sup>; como objecto, no qual acre-  
ditamos e ainda como conjunto de toda a religião  
cristã, ex: "Non negasti fidem meam"<sup>3</sup> e "Multa etiam tur-  
ba sacerdotum obediebat fidei"<sup>4</sup>.

Feitas estas ligeiras considerações sobre a palavra fé,  
passaremos agora à sua noção genuína.

Para maior clareza, daremos a descrição que da  
fé fez S. Paulo, juntaremos a esta a definição  
do Concílio Vaticano e a definição escolástica.

### 1 - Descrição de S. Paulo

Segundo S. Paulo: "est autem fides sperandarum substantia  
rerum, argumentum non apparentium"<sup>5</sup>.

De vários modos é este texto interpretado pelos autores  
eclesiásticos. S. João Crisóstomo, com outros autores gregos,

tem para si que o Apóstolo quer dizer com aquelas  
palavras "a firme persuasão do espírito nos bens futu-  
ros e adesão a coisas que não são vistas dos humanos  
olhos". St. Tomás assim explica as palavras do Apóstolo:

"fé é o primeiro princípio (inchoatus) das coisas que se

1- Mat., IX, 29 - 2- I Cor., XIII, 13 - 3- Apoc., II, 13 - 4- Hebr., VII, 1 -  
5- Hebr., XI, 1 -



peramos, e a convicção das coisas que não vemos; ou, por outras palavras, o hábito da mente com que se começa a vida eterna, fazendo que o entendimento asinta às coisas que se não veem." Considera, conforme o costume, subitância o princípio de qualquer coisa e argumento, efeito ou convicção. Pensam outros moderados exegetas que a fé, no sentido explicado por S. Paulo, é o início da vida eterna em nós e a prova das coisas que se não veem. As duas últimas explicações são mais ou menos conformes. Todavia, a dos modernos exegetas parece conservar mais a letra do texto grego.

## 2. Definição vaticana

Para opôr dique às doutrinas nefastas do racionalismo e semi-racionalismo, sobretudo de Hermes e Guntter, definiu o Concílio Vaticano que a fé "virtutem esse supernaturalium quia, Dei operante et adiuvante gratia, ab eo revelata vera esse credimus, non propter intrinsicam <sup>veritatem</sup> veritatem naturali rationis lumine perceptam, sed propter auctoritatem ipsius Dei revelantis."<sup>12</sup>

Com esta definição de fé - virtude sobrenatural, pela qual cremos nas verdades reveladas, não pela sua evidência intrínseca, mas pela autoridade de Deus que nos as revela, condena-se expressamente o racionalismo, que compreende pelo nome de fé a conhecimento racional das coisas que se referem a Deus e à religião. São menos formalmente se inclui na definição vaticana na condenação do semi-racionalismo que assera, não a fé, em nós, então de certeza ou de persuasão de



alguma verdade, ao qual fomos induzido pelo necessário assentimento da razão especulativa ou pelo consenso da razão prática.

### 3- Definição escolástica

A fé pode ser considerada como acto e como hábito.

Acto de fé é assim definido por Sto. Tomás: "actus intellectus assentientis veritati divinae ex imperio voluntatis a Deo motae per gratiam".<sup>1</sup> Nas palavras "veritati divinae", estão contidos o objecto e o motivo da fé. Os dois

explicitamente assim poderíamos definir fé, como acto:

"assensus supernaturalis quo mens, sub imperio voluntatis et influxu gratiae, firmiter adhaeret veritatibus revelatis propter auctoritatem Dei revelantis".<sup>2</sup>

Nesta definição estão claros os elementos essenciais da fé: natureza, causas e objecto.

As causas que produzem em nós a fé são: o intellecto e a verdade, iluminados e fortalecidos pela graça de Deus.

O objecto da fé é duplo: material e formal. Material é aquilo que se crê e formal aquilo pelo qual se crê. Exemplo: o mistério da Encarnação. Este mistério é o objecto material da nossa fé; o objecto formal é constituído pela autoridade de Deus que nos-lo revelou.

A fé é um certo género de conhecimento intelectual, bem diverso dos outros. Assim, distingue-se: a) da sciência, que se funda na evidência intrínseca da verdade que propugna; b) da opinião, que não é assentimento certo e firme; c) do senso religioso, que se apoia especialmente na imaginação.

<sup>1</sup> S. Tom., 2. 2., q. 2., a. 9. — <sup>2</sup> Banquerey-Seyn. Theol. Dogm., t. II, p. 77.



é na sensibilidade, e não num motivo razoável, d) da certeza histórica, que se arrima ao testemunho humano, e) da visão beatífica, que vê clara e imediatamente o que a fé só percebe obscura e mediatamente, f) da confiança dos protestantes, que é antes um acto da vontade do que do entendimento, segundo as palavras de Calvino: "É o sentido em que a escritura toma a palavra fé, isto é, confiar na misericórdia infinita de Deus, sem atenção alguma às nossas obras boas ou más."

2- O acto começado pelo intelecto é completado pela vontade. Com efeito, a verdade que conhecemos pela fé não se funda na evidência intrínseca, mas, como dissemos, na autoridade de Deus revelando. Tal se não daria se a nossa vontade, pia e reverentemente, não fizesse curvar o intelecto à luz dessa autoridade e o não movesse a admitir os motivos em que ela se estriba. Requer-se ainda o influxo da graça. É evidente pela própria definição de fé: assensus supernaturalis. A razão humana, limitada como é, só pode penetrar o que está de acordo com a sua natureza. O sobrenatural escapa-lhe ao poder. Sem a graça de Deus é impossível a fé. Sine me. Esta verdade está condensada em poucas palavras, na declaração do Concílio Vaticano: "Nemo tamen evangelicae praedicationi consentire potest sicut oportet ad salutem consequendam, absque illuminatione et inspiratione Spiritus sancti, qui dat omnibus caritatem in consentiendo et credendo veritati."

Emquanto habito, define-se fé: "virtus supernaturalis et theologica, mentem disponens ad assentiendum firmiter,



propter divinam auctoritatem, omnibus a Deo revelatis.<sup>12</sup>

Explica-se a definição:

a) Virtus, qualidade permanente e assim se distingue do acto que é transitório.

b) Supernaturalis, isto é, que supera as forças e exigências da nossa natureza, isto em razão do objecto, do motivo e do principio.

1) em razão do objecto, porque este é Deus e os mistérios que a nossa razão não pode debruçar.

2) em razão do motivo, porque é a autoridade de Deus, que se funda na perfeição dos seus atributos, cujo conhecimento pleno ultrapassa muitíssima a limitação da nossa inteligência.

3) em razão do principio, porque além do intelecto e vontade humana, exige-se ainda a graça divina.

c) Theologica. Dize-se virtude teológica aquela que tem o próprio Deus como seu objecto material e um dos atributos divinos como objecto formal; ora, o objecto primário da fé é também Deus e o objecto formal ou motivo é a autoridade de Deus revelando.

d) Disponens mentem, isto é, o intelecto e a vontade a abraçarem com convicção a verdade revelada.

e) sed assentiendum firmiter. Nestas palavras, se indica o próprio acto para que se inclina a virtude da fé e o assentimento da mente, mas é um assentimento firme que exclue omnimodamente toda a dúvida.

f) Propter divinam auctoritatem. Aqui se manifesta o objecto formal da fé, que é, não a evidência intrínseca das coisas, nem o testemunho humano, mas

c- Tanqueray - De fide, Tom. II, p. 49



a mesma autoridade de Deus, que nem pode enganar-se, nem enganar-nos.

g) Omnibus a Deo Revelatis. Aqui se declara o objecto material da fé, que compreende todas as verdades por Deus reveladas.

Explicada a definição de fé quando acto e quando habito, passemos agora à sua divisão.

## B - Divisão da fé -

Em razão do objecto, a fé é:

a) simpliciter divina, quando aquilo que se crê foi revelado por Deus, sem autêntica declaração da Igreja, ex: a infalibilidade do Sumo Pontífice antes do Concílio de Vaticano;

b) divina e católica, ou simplesmente católica, quando o que se crê é revelado por Deus e sancionado pelo magistério infalível da Igreja.

Em razão do sujeito, a fé divide-se:

a) em formada ou viva, quando está relacionada com a caridade ou graça santificante;

b) em informe ou morta, a que existe nos pecadores sem os actos da virtude excelsa da caridade.

A caridade é como que a forma de todas as virtudes, não intrínseca ou constitutiva, mas extrínseca, enquanto complemento ou perfeição da fé.

Em razão do modo, a fé é:

a) explícita, quando a verdade a que aderimos está claramente enunciada;

b) implícita, quando assentimos a algum artigo de fé que explicitamente se contém noutro, ex: aquele que crê na autoridade da Igreja, manifesta implicitamente



fixamos exclusivamente no domínio da nossa Tese.  
São mister as ligeiras notícias que damos, principalmen-  
te as inteligências pouco atiladas, a fim de que, pa-  
ra o diante, não lhes fique alguma coisa obscuro.  
A concisão gera, às vezes, obscuridade. É o que nos ensi-  
na o grande Horácio: "brevis esse laboro, obscurus  
fio".

## Capítulo II

### A-Análise do acto de fé

Na análise do acto de fé, devemos enumerar os ele-  
mentos que concorrem para a produção e, ao mes-  
mo tempo, designar o processo que, sob o influxo do divi-  
no elemento, se segue para chegar à fé.

Os elementos requerem-se, uns para a preparação,  
outros para a produção do acto de fé.

I-Para a preparação exigem-se:

a) Revelação de alguma verdade. Esta revelação é  
totalmente necessária como objecto ou fundamento da  
nossa fé. Sem fundamento a fé seria inane. Basta,  
todavia, que a revelação seja formal, interna ou  
externa, imediata ou mediata, pública ou privada,  
de cuja existência se tenha uma certeza moral.

b) Proposição da revelação. Sem a proposição, a revela-  
ção ficaria ignorada, e nenhuma coisa que se ignora  
não se pôde fazer um acto de fé. Para a fé  
divina é suficiente a revelação privada, mas para  
a fé católica faz-se mister a proposição ou manifestação.



ção pública da verdade revelada.

c) Motivos de credibilidade. O homem, sempre que opera, é de conformidade com a sua natureza. Como racional que é, necessita de sinais positivos, mais ou menos racionais, para crer numa verdade. Não faz mais que obedecer aos impulsos da sua natureza. Se a coisa, que lhe é proposta a crer, carece desses sinais, o intelecto humano rejeita acoutimento a ela. Daqui se vê claramente quão errados andam os que julgam ser a fé uma crença cega, contrária à razão.

d) Disposições morais tendo a vontade para crer, como deixámos patente na definição de fé, é claro que o factor moral também se requer na aquisição da fé. A boa vontade aproxima o homem de Deus, como a má vontade, dele o retrai. Por isso, com razão, diz o Evangelho que "o pior cego é o que não quer ver e o pior surdo, o que não quer ouvir". Não se pode dizer, todavia, que a fé é objecto da vontade. Não. O objecto da vontade é o bem. O que se vai procurar na fé é a credibilidade, ou melhor, a convicção nas verdades que ela nos propõe a crer. É uma operação quasi exclusivamente intelectual. A vontade colabora na aquisição da fé, imperando sobre a intellecto, violentando-o a que prosiga nas suas inquirições. É também a vontade (boa, já se sabe) ocasião de que Deus nos acuda com os auxilios da sua graça e nos illumine a respeito das verdades que nos esforçamos por conhecer.

e) Auxilio de Deus. De duas maneiras pode ser o auxilio que Deus ministra à alma para conseguir a fé: notu



nal e sobrenatural. O auxílio de Deus é natural, quando se trata da preparação remota para a fé e sobrenatural, quando dirige o homem sobrenaturalmente para o seu fim último. Os pelagianos asseveravam que podíamos fazer actos que nos alcançassem a vida eterna sem a graça. Este erro foi soberbamente combatido por St. Agostinho e condenado pela Igreja nos Concílios de Trento e II de Orange. S. Paulo não deixa, nesse particular, a menor dúvida, quando afirma que a fé é um presente de Deus: "Dei enim donum est."

II - Na produção da fé, requerem-se:

a) Motivo, isto é, a autoridade de Deus revelando e é por esta autoridade que aderimos firmemente às verdades reveladas, sem a mínima tergiversação. Na verdade, Deus não se pode enganar, nem enganar-nos.

b) Gracia, que ajude e nos chame à fé, iluminando a nossa inteligência, movendo a nossa vontade a assentir firmemente na verdade revelada.

c) Vontade que impere e que, secundando as inspirações do Espírito Santo, mova o intelecto a crer.

d) Intelecto, que, sob o império da vontade e iluminação da graça, propriamente faça o acto de fé.

## B - Processo

O processo que se segue para chegar à fé é diverso, segundo a educação e a disposição do espírito de



cada indivíduo. Os doutos não se acercam da fé como as crianças e os místicos. Mesmo entre os doutos há vários processos na aquisição da fé, dependendo muito da inclinação, esforço e estudos de cada um. Demais, a graça divina é impenetrável à nossa análise e multiforme, e seu modo de operar. A uns conduz pela via mais breve à fé; a outros milagrosamente; a outros, finalmente, pelo caminho mais longo. Inesmentáveis planos da sabedoria de Deus! Deusa nossa rápida exposição, resalta logo a dificuldade de quão imperível se se expor todos os processos que tem seguido as almas para chegarem à fé. Descrevamos só os principais, que são: a) o processo científico; b) o processo das crianças e dos místicos; c) o processo extraordinário e miraculoso.

### A - Processo científico

O processo científico é o que abraçam alguns doutos, que se dispõem, pelo emprego do método de demonstração cristão-católico, a descobrir os motivos de credibilidade de da nova fé e assim tomarem-se ovelhas do rebanho de Jesus. Disse acima alguns, porque muitos, como nos ensina a experiência, seguem a via mais curta. Quando asservermos que "o processo científico é o que abraçam alguns doutos que se dispõem, ~~em~~ <sup>com</sup> ~~firmar~~ <sup>firmar</sup> bem quisermos a disposição, ou melhor, a boa disposição do sujeito na indagação da verdade. Se a sua disposição não for recta, como se exige que ela seja, então, levada por juízos preconcebidos e paixões próprias, a força do ~~argumento~~ <sup>argumento</sup> atenuar-se há semivelmente, Deus afastará ~~de~~ a efusão das suas graças, e é um ~~ver~~ <sup>ver</sup> ~~marcar~~ <sup>marcar</sup>.



por entre tantos escolhos, com ventos tão contrários.  
Descreveramos o processo científico:

a) Sob o império da vontade, devemos, em primeiro lugar, considerar e conhecer a existência de Deus, os seus atributos e perfeições, entre as quais se contam a sabedoria e veracidade infalível. A existência de Deus é um conhecimento a posteriori. Isto afirmamos contra Platão, Malebranche, Gioberti, Ubaghi e Bouvier. Na verdade, só podemos chegar à noção da existência de Deus e ao seu conhecimento natural pelas coisas criadas. São de duas ordens distintas os argumentos que nos levam ao conhecimento de Deus pelo uso da razão: argumentos cosmológicos e psicológicos. Os cosmológicos ainda se dividem em metafísicos e físicos.

I- Os argumentos metafísicos são: 1) o movimento local, 2) a origem dos entes, 3) a natureza dos entes, 4) a graduação dos entes.

A brevidade do nosso trabalho não nos permite digressões prolixas a este respeito, pelo que nos contentaremos só com a exposição sintética dos argumentos, ficando ao cargo do leitor desenvolvê-los a seu talento. Demais, esses argumentos pertencem mais à filosofia que propriamente à Teologia.

1) Movimento local como diz St. Tomás: "certum est et sensu constat aliqua moveri in hoc mundo". Mas tudo o que se move supõe um Movitor, que deve ser imóvel, porque se esse se movere teríamos que admitir outro e assim sucessivamente até o infinito, o que é impossível.



ível. Por conseguinte, temos que admitir a existência de um motor imóvel. A esse motor imóvel é que chamamos Deus.

2) Origem dos entes. A série das causas eficientes, como é manifesto, encontra-se nas coisas do mundo; mas a série das causas eficientes, necessariamente, pelo princípio de causalidade, supõe uma primeira causa que delas não dependa; portanto, existe essa primeira causa que é Deus.

3) Natureza dos entes. O argumento é do incomparável doutor Angélico: "Nidemus in mundo quaedam quae sunt possibilis esse et non esse, scilicet generabilia et corruptibilia. Omne autem quod est possibile esse, causam habet... Ergo oportet ponere aliquid quod sit necesse esse."<sup>1º</sup>

4) Gradação dos entes. As qualidades que se encontram nas coisas físicas, como a verdade, a beleza, etc., admitem grão na perfeição, mas são sempre relativas. A ideia do relativo despertou em nós a do absoluto e os diversos grãos de perfeição dizem respeito a um ente de perfeição summa. Existe, pois, como argumenta Sto. Tomás "aliquid quod omnibus entibus est causa esse et bonitatis et cuiuslibet perfectionis et hoc dicimus Deum".

II - Argumento físico. Esse argumento é também chamado teleológico, porque é tirado da ordem física e sensível do mundo, qual mais conhecida se torna pelo fim a que tende.

Ei-lo em poucas palavras: Existe nas coisas do mundo uma ordem verdadeiramente admirável.

1º - Contra gentes, l. 1, c. xv, n. 4; - cf. Suarez, Metaph, disp.



Tal ordem, porém, supõe a existência de um ente sumamente sábio. Portanto, existe um ente sumamente sábio, que tudo ordenou sabiamente e ao qual chamamos Deus.

Expostos os argumentos cosmológicos, passemos agora aos psicológicos.

Como o mundo, a alma<sup>1</sup> se move, tem origem e, embora contingente, tem idéas necessárias. Além disso, deseja a suma perfeição e se rege pela ordem moral. Daqui coligiremos cinco novos argumentos da existência de Deus.

1) Prova-se a existência de Deus pelo movimento espiritual. Existe na alma um movimento múltiplo. A causa última desse movimento não pode ser senão Deus. Portanto, Deus existe.

O grande Estagirita já havia chegado, pelo mesmo argumento, ao conhecimento da existência de Deus: "Quid sit principium motus in anima? Patet vero, quemadmodum in universo est Deus, sic etiam in anima: moventur enim omnia ab inexistente in nobis Numine:  $\alpha\upsilon\tau\epsilon\iota\ \gamma\alpha\rho\ \tau\omega\varsigma\ \tau\acute{\alpha}\nu\tau\alpha\ \tau\acute{o}\ \epsilon\upsilon\ \eta\mu\acute{\iota}\nu\ \Theta\epsilon\acute{\iota}\omicron\upsilon\varsigma$ . Intellectus autem principium non intellectus, sed praestantius quidpiam est. Quid autem et scientia praestantius est et ratione, nisi Deus?"<sup>2</sup>

Falamos aqui do movimento anímico geral, compreendendo sob esta designação o intelecto e a vontade. Resumindo o argumento, citá-lo hemos pelas palavras de Descartes: "Cogito et volo, ergo Deus est."

2) Prova-se a existência de Deus pela origem das almas. Há em cada homem uma alma



espiritual, que é dotada de idéas universais. Abor tal origem não se pôde explicar sem Deus. Portanto, Deus existe.

Quanto à alma, digamos que a substância por si subsistente não pôde ser explicada sem Deus. Do mesmo modo quanto às idéas universais existentes na nossa inteligência contingente.

3) Prova-se Deus pela necessidade absoluta da verdade. Há verdades completamente independentes das coisas creadas, sendo, por isso, necessárias e eternas. Ora, tais verdades supõem um Intelecto igualmente necessário e eterno. Portanto, Deus existe.

Aborito a propósito, vêm aqui as palavras de Bossuet: "Toutes ces vérités... subsistent indépendamment de tous les temps: en quelque temps que je mette en entendement humain, il les connaîtra, mais en les connaissant il les trouvera vérités, il ne les fera pas telles: car ce ne sont pas nos connaissances qui font leurs objets, elles les supposent. Ainsi ces vérités subsistent devant tous les siècles, et devant qu'il y ait un entendement humain."<sup>1º</sup>

St. Tomás, depois de longo arrazoado sobre este argumento, assim conclue: "Unde concludi potest quod veritates intellectuales fundantur in aliquo aeterno, in ipsa prima Veritate."<sup>2º</sup>

St. Agostinho, Leibnitz e Kleutgen atribuem muita força a este argumento.

ral. Eud., l. VII, c. 14, § 22 — 1º. Connaissance de Dieu, ch. IV, p. V — 2º. Contra Gent., l. II, c. 24.



4) Prova-se a existência de Deus pelo desejo do infinito. Está fundamentalmente radicado na alma humana o desejo do infinito. Mas tal desejo supõe a existência do seu objecto. Portanto, existe o Ente infinito, isto é, Deus.

Seria vã a ordenação do nosso intellecto para o infinito, se não existisse alguma coisa infinita, para nós inteligível. É o que nos diz o doutor Angélico: "Frustra autem esset haec ordinatus intellectus (et voluntatis) in infinitum, nisi esset aliqua res intelligibilis infinita."<sup>1º</sup>

5) Prova-se a existência de Deus pela ordem moral.

Há no coração humano um imperativo absoluto de praticar o bem e evitar o mal. Isto porém supõe a existência de um legislador supremo. Portanto, existe esse legislador que é Deus.

É de tal força esse argumento que a crítica kantiana achou mais prudente passar-lhe por cima do que responder-lhe.

Para confirmação dos argumentos aqui expostos, ainda nos podemos valer do consenso universal do género humano e da inutilidade dos argumentos dos ateus.

A prova do consenso universal dos povos numa verdade é, como diz o Estagirita, de muito peso: "Potentissima probatio est, si id in quo dicimus, omnes consentiunt."

Não obstante, temos o consenso universal dos povos admitindo a existência de Deus.

Vedemos a palavra a Cicero e Plutarco. Diz

contra gent., L. I, c. 53.



Plutarco: "Lancei os olhos por sobre a face da Terra, podereis encontrar cidades sem fortalezas, sem letras, sem magistratura; povos sem habitações fixas, sem propriedade de bens, sem o uso das moedas: mas em parte alguma encontrareis uma cidade sem conhecimento da Divindade."

Cícero assevera o mesmo: "Nulla est gens tam immanueta, neque tam fera, quae non, etiam si ignoret qualem Deum haberi deceat, tamen habendum sciat!"<sup>1º</sup>

Atto mesmo diapasão afirma Sêneca (Ver Epist. 114)

A ideia da Divindade está de tal modo radicada na natureza humana que o ilustre naturalista Quatrefages definiu o homem - "animal religioso"<sup>2º</sup>

Para corroborar as afirmações de Plutarco, Cícero e Sêneca, compulsemos a história. Ela nos falará na crença dos povos pagãos e nos seus deuses; sim, por que todos tiveram os seus deuses. Chamou-se embora Lu na Síria, Chung na China, Ammon-Ra no Egipto, Brahma na Índia, Hou ou Assur na Caldéa, Baal na Fenícia, Ormuzd na Pérsia, Zeus na Grécia, Jupiter em Roma, etc. e conceba-se de balde de que forma for, o certo é que tiveram culto. As escavações ali estão revelando, a profanação dos olhos modernos, as crenças dos povos antigos na existência de um deus.

Nem se pode obtemperar que a crença na existência da divindade é própria dos ignorantes que, levado pelo medo, sem saber, ou melhor, sem conhecer

1- De Legibus, L. I, c. 8 - 2- L'Espece humaine, ch. 35, p. 356 -



as leis que presidem aos cataclismos do universo e outros factos que se revelam claramente aos sciencistas, se tenham abalado a creacão imaginária de um deus fictício? Não. Ahí estão os sábios para atestar que a creença não tem a sua origem na fantasia, mas é o producto de longos e acurados estudos, numa palavra, assenta-se num fundamento racional.

Basta que citeiros: Xenofonte, Anaxágoras, Sócrates, Plató, Aristóteles, Cícero, Séneca, Santo Agostinho e todos os S. Padres, Santo Tomás e todos os escolásticos, Copérnico, Galileu, Bacon, Descartes, Kepler, Newton, Leibnitz, Fenelon, Bossuet, Diderot, Voltaire, J. J. Rousseau, Lavoisier, Herschel, Le Verrier, Gaye, Laplace, Ampère, Volta, Berstedt, R. Beyer, Fresnel, Faraday, Liebig, J. B. Biot, Cuvier, Agassiz, Latreille, Milne Edwards, Lamarck, Darwin, G. Saint-Hilaire, Cuvier, Sturtevant, Pasteur, de Lapparent, etc., etc.

A lista seria quasi innumerável se quisessemos abraçar todos os sábios que admitiram a existência de Deus. Nessa resenha, que fica acima, encontrareis os representantes mais augustos das várias sciencias. Já se vê que na companhia de tantos homens illustres, a nossa pequenina intelligencia não fica amesquinçada nem diminuída, se se dispuser, com a illuminacão da graça divina, a admitir a existência de Deus <sup>(e perfeicão de seus attributos)</sup> e a crer firmemente nas verdades por elle reveladas.

A prova indirecta da irracionalidade dos argumentos

1.ª A concepção da divindade pode ser imperfeita, como por exemplo, acontece entre os povos incultos, mas até não se revela a



que nos apresentam os ateu, deixaremos de fazer menção especial ~~dele~~, quer porque é prova indirecta, quer porque nos tomaria muito tempo a sua cabal <sup>exposição</sup> refutação.

Apenas diremos que se funda em princípios falsos, que contradiz a ciência e a autoridade o ateísmo e que é de péssimas consequências. Destas poucas palavras podemos concluir pela sua condenação.

b) Deve depois investigar o facto da revelação, com o auxilio da historia e da critica, considerando os motivos de credibilidade da revelação, sobretudo os argumentos nos quais se prova a divindade da missão de Cristo e a necessidade de uma autoridade infalivel. Para isso basta o concurso natural de Deus, embora possa elle coadjuvar sobrenaturalmente o que empreendem a tarefa difficil, mas salvadora, de encontrar a fé. O auxilio de Deus deve ser impetrado pela oração, para que mais facilmente seja alcançado. Das considerações se pode formar o juizo especulativo da possibilidade e obrigação de crer. Já se sabe que a tudo isso deve preceder, depois da existência, o conhecimento dos attributos divinos, entre os quais se manera a veracidade. Se Deus infalivelmente verdadeiro revelou algumas verdades, devemos acreditar nelas. Tal arraigado em si é natural, mas, como seja preparação próxima e positiva para o acto de fé, acontece que, muitas vezes, já illumina a graça divina as nossas faculdades, quando

dência manifesta do homem para Deus.



do o fazemos. Não raramente ocorre que, no mes-  
mo acto, e de uma só vez, por algum signal miracu-  
loso, a intervenção divina e imediatamente se  
faça um acto de fé implicita.

c) Segue-se a esse juizo o acto de fé implicita, ou  
juizo pratico do intellecto que assente, de um modo  
geral, a todas as verdades reveladas por Deus, por cau-  
sa da sua autoridade. Este é um verdadeiro acto

de fé sobrenatural, feito pelo intellecto, sob o império  
da vontade, com a cooperação da graça de Deus.

d) Depois vem a inquirição <sup>positiva</sup> das verdades, especifi-  
ca, por Deus reveladas, para que possamos crer  
nelas explicitamente. Das verdades por Christo re-  
veladas, resalta a da autoridade infalivel  
da Igreja no proprio verdades e definir questões,  
concernentes aos costumes. O assentimento a esta ver-  
dade é um acto sobrenatural de fé explicita, fei-  
to pelo intellecto, sob o império da vontade, com o  
auxilio valioso da graça. O que admittido, já será  
fácil via para crer explicitamente tudo o que o  
magisterio infalivel da Igreja nos propõe como  
de fé.

Exposto em suas linhas gerais o processo scientifico,  
passemos agora ao processo das creanças e místicos.

### B - Processo das creanças e místicos

É manifesto que as creanças e místicos não se podem  
valer do método scientifico, quer pela debilida-  
de do engenho, quer pela exigência do tempo  
requerido, para chegarem á fé. Pelo que o pro-  
cesso é muito diverso do acima exposto. O ar-  
gumento, ou melhor, a via aqui trilhada é a



da autoridade. Demoremos-lo sumariamente:

- a) Quando não estão sob a cadeia feroza dos preconceitos, são os primeiros em reconhecer a ignorância têm matéria religiosa, ou sentir a necessidade de uma autoridade, e se mostram, dada a sua insuficiência, prontos a crer nas verdades que lhes são propostas por homens que se recomendam pela sua ilustração e gravidade em matéria de costume. Os batizados têm o hábito infuso da fé e recebem graças actuaes que os dispõem facilmente a crer nas verdades religiosas que lhes são propostas. Os não-batizados não são destituídos destas graças.
- b) O que, posto, os meninos e rústicos podem conhecer primeiro a existência de Deus e a sua perfeita veracidade, por argumentos acomodados à inteligência própria ou pela autoridade do pai, do pároco, etc.
- c) Depois, com o mesmo auxilio do pai ou do pároco, aprendem que ha sobre a terra uma Sociedade religiosa, sabiamente organizada, que se chama Igreja Católica, a qual possui a magistério infalível de instruir os povos nas verdades que lhes não assistem saber, para a perfeição da vida religiosa. Essa verdade facilmente admitem os simples (creanças e rústicos), pois, de um lado, naturalmente desejam conhecer a verdade, de outro, conhecem a sua própria insuficiência em matéria de religião. Basta, todavia, que se lhes prove que a Igreja católica é a única que apresenta os predicados da verdadeira igreja de Cristo: a santidade, a unidade, a apostolicidade e a catholicidade; que se lhes mostre a autoridade máxima de que goza, quer pelo numero avultado dos seus



membros, quer pela sciencia e santidade dos seus ministros, quer finalmente pela sua fecundidade em produzir, em todos os tempos e em todos lugares, boas obras de todo genero.

d) Admitida a autoridade que poderemos dizer humana, da Igreja, facilmente chegarão ao conhecimento da autoridade divina e infallivel que de possui no encaminhar os alunos para o seu ultimo fim, que é Deus. Os argumentos acima expostos sabem melhor aqui, isto é, a santidade, a unidade, a catolicidade e apostolicidade da Igreja romana. Provada a autoridade humana da Igreja católica, já pouco hesita que andar, para admitir-lhe a autoridade divina. Com o seguinte argumento, muito claro e muito simples, talvez os induzamos a dar o ultimo passo, que os separa da fé: A Igreja que goza de tamanha autoridade é porque a recebeu do poder infallivel de Deus. Ora, é certo, pela experiência, que a Igreja goza de autoridade amplissima, pelo numero dos seus membros, pela sciencia dos seus ministros, etc. Portanto, a sua autoridade, como emancipação de Deus, é tambem divina. Ou entretanto: Deus não nos pode enganar. Ora, Deus não enganaria se, não obstante a falidade da Igreja, operasse, como costuma, prodigios em favor della; dotasse-a de todos os predicadores da igreja verdadeira, induzindo, assim, a humanidade necessariamente ao erro. Portanto, Deus não nos enganaria, quando nos manda acreditar nas verdades ensinadas pela Igreja Católica Romana. Ou outros ainda mais práticos.



## C - Processo extraordinário e miracu- loso.

Como consta da experiência, muitos acatólicos che-  
gam à fé pela via extraordinária e miraculosa.

Assim, por causa de um sermão, de uma cerimô-  
nia sagrada, de uma desgraça ou infortúnio,  
sentem-se subitamente iluminados e bem dispos-  
tos para as coisas e práticas da religião, antes  
nem de submeterem à crítica da razão os mo-  
tivos de credibilidade, acreditam-lhe as verda-  
des. Outros são quasi forçados a converter-se  
à fé verdadeira, como aconteceu, por exemplo, com  
S. Paulo e recentemente com Affonso (Ratisbona).

Estas conversões são totalmente milagrosas e  
se devem atribuir <sup>total</sup> graça de Deus, que, mui-  
tas vezes, se alcança pelas orações de pessoas  
santas, como no caso de S. Agostinho.

Do até aqui explanado, podemos tirar um  
corolário, em que sucintamente expendamos  
o modo de chegarem os infieis para a fé.

Corolário - O modo por que chegam os  
incrédulos ~~para~~ à fé. A conversão dos incrédulos  
e daqueles que perderam a fé é uma obra di-  
fícil, a que se deve proceder com o máximo cui-  
dado e diligência, atendendo ~~a~~ principalmente ao que  
vamos expor.

a) Antes do colóquio com eles devemos: 1) entregar-nos  
à oração, suplicando a Deus que lhes dê o dom  
precioso da fé, ou antes, lho restitua; 2) usar de mui-  
ta mansidão e paciência com eles, para não os  
atarmos para nós; 3) indagar o que eles admitem, o que



negam para sabermos o ponto por que devemos  
começar as nossas provas, etc.

b) No colóquio. Por um preâmbulo devemos: 1) preparar a via para a demonstração, manifestando o modo perverso de operar dos corifeus da incredulidade, que, às vezes, desprezam o testemunho de milhares de pessoas que depoem em favor da religião católica, para, sem prova, admitirem o de um despretado ou ignorante que ~~está~~ <sup>está</sup> contradiz; 2) incutir-lhes alguns princípios gerais acerca da insuficiência da razão, sobre tudo no que se refere à vida eterna; 3) manifestar-lhes que há muitas verdades que se admitem pelo testemunho humano ou autoridade dos doutos, mesmo nas coisas humanas, e a imprudencia com que operam os que negam as verdades da religião, sem inquirição científica.

Depois, é mister que se proponham alguns motivos de credibilidade, mais acomodados à inteligência dos adversários, tendo o cuidado de não passar de um ponto para outro sem que tudo esteja elucidado; que se busquem motivos não sómente nos livros teologicos, mas também nos exemplos e palavras dos que naravam a sua conversão à fe católica.

Em último lugar, convém que se renovem as raizes da incredulidade. Se houver sido causa desta corrupção dos costumes, então devemos mostrar a efficacia da graça que é capaz de remover os obstaculos mais poderosos; se a soberba, enumerar nomes de vários doutos que, depois de ac-



rados estudos, abraçaram a fé católica e entusiasmamente a defenderam; se a inconstância do juízo, advertir que as coisas eternas não são para brincadeiras, mas sejam consideradas com gravidade, pelo máximo dano que podem resultar do seu desprezo; se os escândalos, atribuir à fragilidade humana, e contrapor os exemplos heróicos de virtude da falange innumável dos santos que constituem a auréola sublime da Religião Católica.

c) Depois do colóquio. Deve-se: 1) precaaver de que os incrédulos se apressem demais, e subitamente se disponham a admitir a fé, pois a conversão não é obra de um dia, mas trabalho paciente de meses ou anos; 2) sugerir a necessidade da oração para obterem do Pai das luzes esclarecimentos para a inteligência, afim de, conhecendo os divinos preceitos, observarem-nos fielmente na Terra e um dia, no céu, entre os coroas angélicos, cantarem as maravilhas da misericórdia de Deus: "Misericórdia tua, Domine, plena est terra".  
Com a consciência do dever cumprido, aqui faço ponto.

Fin